

Energética São Patrício S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e aos Administradores da Energética São Patrício S.A

Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energética São Patrício S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. O relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 conteve ressalva decorrente do reconhecimento incorreto de receitas da controlada HB Esco Gestão de Energia Ltda. no exercício de 2018, cuja obrigação de performance, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, só foi cumprida no exercício 2019, como resultado de determinadas condicionantes contratuais. Em decorrência desse assunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as receitas nas demonstrações financeiras consolidadas estão diminuídas em R\$ 7.618 mil, líquido dos impostos PIS e COFINS e antes dos tributos sobre a renda. Nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado de equivalência patrimonial do referido exercício está reduzido neste mesmo

montante. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência dos efeitos deste assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

2. O relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também conteve ressalva atribuída à contratos de financiamento da controlada, Riacho Preto Energética S.A., que continha cláusulas contratuais ("covenants") a serem cumpridas em seu contrato então vigente com a Caixa Econômica Federal mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações, os quais não foram cumpridos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. O não cumprimento dessas cláusulas, levou ao evento de cross default e, conseqüentemente, o não cumprimento de cláusula de covenants nos contratos de Debêntures onde a Companhia é responsável por ocorrências de evento de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras de suas controladas. A Companhia e a referida controlada não obtiveram waiver das instituições financeiras dentro do referido exercício social, condição que permitia aos credores declararem o vencimento antecipado das obrigações registradas no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, no passivo circulante, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 94.457 e R\$116.101, respectivamente, dos quais, o montante de R\$ 84.000 mil encontrava-se classificado no passivo não circulante, individual e consolidado. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia e sua controlada não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante, individual e consolidado, estão apresentados a menor em R\$ 84.000 mil e o passivo não circulante, individual e consolidado, a maior nesses mesmos montantes. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência dos efeitos deste assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de receita – Gestão em Energia de Geração Distribuída

Veja as notas nº 3.g(ii) e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam na rubrica de	Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a implementação de controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e

Receita o montante de R\$ 17.823 oriundas de prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída, oriundas da controlada HB Esco Gestão de Energia Ltda. ("HB ESCO"). As receitas da Companhia de prestação de serviços de gestão em energia são reconhecidas no momento do consumo de energia pelo cliente, e sua mensuração considera um percentual da economia gerada aos clientes em decorrência de volumes de geração e preço da energia comercializada. Para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas pela controlada HB ESCO, a Companhia apura o percentual de economia gerada aos clientes conforme os contratos de Geração Distribuída. O percentual da economia gerada aos clientes é apurado contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas considerando os percentuais de economia gerada à cada cliente. Assim, determinamos o reconhecimento e a mensuração das receitas oriundas de tais contratos como um assunto significativo em nossa auditoria, por ser uma área em que houve julgamentos significativos relativos, inclusive, às estimativas contábeis que apresentam alto grau de incerteza.	mensuração da receita, bem como a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Recalculamos os percentuais de economia gerada de energia individualmente para cada contrato de gestão de energia da HB ESCO com base nas informações utilizadas pela Companhia de relatórios externos de consumo de energia e controles gerenciais de acompanhamento da geração das usinas. A fim de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia efetuamos confrontos dos relatórios utilizados pela Companhia com os contratos de clientes e as informações externas utilizadas para o cálculo. Como parte de nossos procedimentos, inspecionamos faturas e documentação suporte para a totalidade das receitas auferidas pela controlada. Adicionalmente, realizamos procedimentos para determinar a integridade das receitas do exercício por meio do recálculo e inspeção documental para as receitas auferidas em janeiro de 2021 e 2020 e sua devida competência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Identificamos ajustes imateriais no reconhecimento da receita no final do exercício de 31 de dezembro de 2020, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração. Desta forma, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", concluimos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da

auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de Março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP – 014428/O-6 F-MG


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Energética São Patrício S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	924	4.728	6.684	8.882
Aplicações financeiras	5	-	-	-	1.000
Contas a receber	6	-	-	6.073	7.453
Mútuo a receber de partes relacionadas	7	-	1.840	472	-
Impostos a recuperar		4	4	490	588
Outros créditos		-	-	2.418	459
Total do ativo circulante		928	6.572	16.137	18.382
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	4.654	-	7.378	7.150
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	2.696	1.008	22.145	22.668
Outros créditos		906	906	906	906
Depósitos judiciais		-	-	1.060	926
Realizável a longo prazo		8.256	1.914	31.489	31.650
Investimentos	8	266.102	247.009	31.990	34.964
Imobilizado	9	-	-	242.771	251.011
Intangível	8.1	-	-	2.810	3.020
Total do ativo não circulante		274.358	248.923	309.060	320.645
Total do ativo		275.286	255.495	325.197	339.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	21.257	10.457	28.671	43.053
Fornecedores		-	-	967	279
Obrigações tributárias e trabalhistas		4	17	-	-
Contas a pagar		-	-	1.885	1.549
Adiantamento de clientes	11	-	-	3.441	6.849
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	1.889	1.733	1.163	1.163
Dividendos a pagar		30.702	17.274	30.702	17.274
Total do passivo circulante		53.852	29.481	66.829	70.167
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	63.000	84.000	70.127	98.658
Obrigações tributárias e trabalhistas		-	-	1.503	1.746
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	-	-	8.165	8.933
Total do passivo não circulante		63.000	84.000	79.795	109.337
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	84.356	84.356	84.356	84.356
Reserva de lucros	13.b	74.078	57.658	74.078	57.658
		158.434	142.014	158.434	142.014
Participação de não controladores		-	-	20.139	17.509
		158.434	142.014	178.573	159.523
Total do passivo e do patrimônio líquido		275.286	255.495	325.197	339.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	14	-	-	88.707	73.158
Custos operacionais	15			(16.820)	(14.960)
Lucro Bruto		-	-	71.887	58.198
Despesas administrativas e outras		(274)	(1.024)	(1.188)	(2.341)
Despesas comerciais		-	(25)	-	(25)
Despesas tributárias		(2)	-	(156)	(267)
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	62.545	50.168	3.926	6.246
		62.269	49.119	2.582	3.613
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		62.269	49.119	74.469	61.811
Receita financeira		85	185	320	619
Despesa financeira		(5.787)	(9.500)	(8.380)	(15.546)
Resultado financeiro líquido	17	(5.702)	(9.315)	(8.060)	(14.927)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		56.567	39.804	66.409	46.884
Imposto de renda e contribuição social	18	(29)	(50)	(5.807)	(4.287)
Lucro líquido do exercício		56.538	39.754	60.602	42.597
atribuído ao controlador		-	-	56.538	39.754
atribuído aos não controladores		-	-	4.064	2.843
Lucro líquido por ação – R\$		1,01	0,71	1,08	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	56.538	39.754	60.602	42.597
Outros resultados abrangentes			-	-
Total dos resultados abrangentes	56.538	39.754	60.602	42.597
atribuído ao controlador	-	-	56.538	39.754
atribuído aos não controladores	-	-	4.064	2.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	Notas	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 1 de janeiro de 2019		84.356	3.743	48.468	-	136.567	15.946	152.513
Distribuição de lucros		-	-	(24.865)	-	(24.865)	(1.280)	(26.145)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		39.754	39.754	2.843	42.597
Constituição de reserva legal	13.b	-	1.988		(1.988)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.d			28.324	(28.324)	-		
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-		(9.442)	(9.442)	-	(9.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		84.356	5.731	51.927	-	142.014	17.509	159.523
Distribuição de lucros		-	-	(26.690)	-	(26.690)	(1.434)	(28.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		56.538	56.538	4.064	60.602
Constituição de reserva legal	13.b	-	2.827		(2.827)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.d			40.283	(40.283)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-		(13.428)	(13.428)	-	(13.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		84.356	8.558	65.520	-	158.434	20.139	178.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividade operacionais				
Lucro líquido do exercício	56.538	39.754	60.602	42.597
Ajuste para:				
Depreciações e amortização	211	211	8.448	8.513
Equivalência patrimonial	(62.545)	(50.168)	(3.926)	(6.246)
Juros sobre empréstimos	5.787	257	8.380	14.785
	(9)	(9.946)	73.504	59.649
Variação em ativos				
Contas a receber	-	-	1.380	9.058
Impostos a recuperar	-	-	98	(232)
Outros créditos	-	(4)	(1.959)	(45)
Depósitos judiciais	-	-	(134)	(128)
Mútuos a receber de partes relacionadas	152	(1.840)	51	(458)
Variação em passivos				
Fornecedores	-	-	688	(77)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(13)	17	(243)	(2.716)
Contas a pagar	-	-	336	1.549
Adiantamento de clientes	-	-	-	3.215
Mútuos a pagar à partes relacionadas	544	386	16	445
Dividendos a pagar	-	9.442	-	9.442
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividade operacionais	674	(1.945)	73.737	79.702
Juros pagos	(5.715)	(9.243)	(8.197)	(13.680)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25)	(35)	(5.807)	(3.749)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividade operacionais	(5.066)	(11.223)	59.733	62.273
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(4.654)	-	772	(1.180)
Outros créditos - outros investimentos	-	(906)	-	(906)
Dividendos recebidos das investidas	43.819	41.051	6.900	6.500
Diminuição (Acréscimo) de investimentos	(1.013)	(8.582)	-	1.236
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	38.152	31.563	7.672	5.650
Atividades de financiamento				
Captação de financiamento e debêntures	-	100.000	-	100.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(10.200)	(5.543)	(42.913)	(33.857)
Pagamentos de dividendos	(26.690)	(15.423)	(26.690)	(34.307)
Devolução de aporte	-	(95.000)	-	(95.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(36.890)	(15.966)	(69.603)	(63.164)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.804)	4.374	(2.198)	4.759
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4.728	354	8.882	4.123
No final do exercício	924	4.728	6.684	8.882
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.804)	4.374	(2.198)	4.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energética São Patrício S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de novembro de 2003, com sede na Cidade de Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabaglia, nº 339, sala nº 24, Bairro Cidade Jardim, tendo como atividade preponderante a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas possuía participação nas seguintes empresas:

			% Participação	
Descrição	Atividade	Participação	2020	2019
Controladas:				
Riacho Preto Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Lagoa Grande Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Alto Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Antônio Dias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Cachoeirinha Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
CG Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Espraiado Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Farias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
HB ESCO Gestão em Energia Ltda	Prestação de Serviço de Gestão	direta	99,998	99,998
Limoeiro Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pardo Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pitangas Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Palmeiras Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
São Cristovão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Simonésia Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Vermelho Velho Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Coligada:				
Vila Real Energia S/A	Produção de energia (CGH/PCH)	direta	32,50	32,50

- **Riacho Preto Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras (Estado do Tocantins) através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 38, complementada pela Resolução Autorizativa nº 175 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 9,3 MW, com energia contratada assegurada de 42.085 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

- **Lagoa Grande Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do rio Palmeiras através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 37, complementada pela Resolução

Autorizativa nº 176 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 25,6 MW, com energia contratada assegurada de 112.660 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de ambas Companhias passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

- **Alto Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2012 através da implantação da CGH (Central Geradora Hidrelétrica) Alto Brejaúba, no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 03 de setembro de 2028;
- **Antônio Dias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Antônio Dias no rio Ribeirão da Bomba na cidade de Antônio Dias-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 09 de janeiro de 2029;
- **Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2012 através da implantação da CGH Brejaúba no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Santa Efigênia de Minas. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 11 de setembro de 2028;
- **Cachoeirinha Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, na cidade de Bueno Brandão - MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 12 de fevereiro de 2030;
- **CG Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de outubro de 2012 através da implantação da CGH Corrente Grande no rio Corrente Grande na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 23 de outubro de 2028;
- **Espraiado Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Espraiado no rio Espraiado na cidade de Tocos do Moji-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença para operação válida até 30 de janeiro de 2028;
- **Farias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Farias no rio Ribeirão Farias na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 29 de outubro de 2028;
- **HB ESCO Gestão em Energia Ltda:** Investida no segmento de prestação de serviços de gestão em energia;

- **Limoeiro Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Limoeiro no rio Cachoeirinha na cidade de Bueno Brandão-MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 22 de setembro de 2029;
- **Pardo Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de Janeiro de 2014 através da implantação da CGH Pardo, no rio Pardo na cidade de Caldas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 29 de outubro de 2029;
- **Pitangas Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Pitangas no rio Ribeirão Pitangas, na cidade de Braúnas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 29 de novembro de 2028;
- **Palmeiras Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de setembro de 2013 através da implantação da CGH Palmeiras, no rio José Pedro na cidade de Durandé-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 11 de setembro de 2030;
- **São Cristovão Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2016 através da implantação da CGH Vista Verde, no ribeirão na cidade de Rio Preto-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 21 de agosto de 2027;
- **Simonésia Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2014 através da implantação da CGH Simonésia no rio José Pedro na cidade de Simonésia-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 07 de abril de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vermelho Velho Energia S/A:** Teve operação iniciada em 19 de novembro de 2014 através da implantação da CGH Vermelho Velho no rio Vermelho na cidade de Raul Soares - MG. Tem potência instalada de 2,5 MW e licença de operação com validade até 24 de setembro de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vila Real Energia S.A. –** Constituída em 22 de abril de 2014 e encontra-se em operação através de sua subsidiária integral Maynard Energética LTDA, que possui 04 CGHs e 02 PCHs.

Gestão operacional e liquidez

As demonstrações contábeis da Energética São Patrício S.A e suas subsidiárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade. No entanto, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 47.894 e R\$ 47.532 (respectivamente controladora e consolidado, sendo R\$ 30.326 referentes a dividendos a pagar), ocasionado pelas operações de empréstimos que são necessárias para cada novo projeto realizado pela Companhia.

Na avaliação do pressuposto da continuidade a Administração demonstrou um histórico de geração de caixa operacional suficiente para honrar suas obrigações apresentadas no passivo circulante, além de lucros históricos e obtenção de novos projetos mesmo levando em consideração os possíveis impactos do COVID-19, onde tal efeito foi refletido apenas na linha de geração de energia para os varejistas, classe de consumidores que representa menos de 3% do faturamento consolidado da Companhia.

Conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para geração de fluxo de caixa para anos seguintes afim de continuar operando no futuro previsível e, com base no seu julgamento, concluiu que não há incerteza material em relação a continuidade operacional.

A Companhia possui suporte financeiro de seus acionistas em caso de necessidades eventuais de caixa. Pelos motivos expostos a Administração não tem dúvida sobre a continuidade operacional da Companhia.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2021.

b. Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e o CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(i) Controladas

Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.c e 9 - Depreciação e amortização** - a Companhia utiliza-se da vida útil estimada pelo órgão regulador, porém revisa anualmente essas estimativas e avalia se refletem de fato a real vida útil dos seus ativos.;
- **Nota explicativa 3.d - Recuperabilidade dos ativos - teste de redução ao valor recuperável de ativos:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota explicativa 12 - Provisões para demandas judiciais - mensuração da provisão:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos.

3 Políticas contábeis

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia gestão das obrigações de curto prazo..

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

(iv) *baixa*

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Instrumentos financeiros*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

O Grupo avalia os saldos em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetua uma provisão para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no exercício

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

(ii) *Ativos não financeiros*

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Classificação e mensuração subsequente (continuação)

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os

riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo não tem nenhum instrumento financeiro derivativo registrado.

g. Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

(i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(ii) *Receita de contratos com clientes*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada, preço e metodologia de cálculo especificadas nos termos contratuais firmados. O faturamento é feito em bases mensais.

Em relação à sua controlada HB Esco, para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas, a Companhia apura o valor da economia gerada aos clientes nos contratos de Geração Distribuída. O valor da economia gerada aos clientes é apurado, contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas com base em um percentual da redução de custos (benefícios) transferidos ao cliente.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à contratos com clientes são fornecidas abaixo. A adoção não resultou em efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor

(iii) *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos

moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

h. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- (c) Outras Normas.

A Companhia ainda está concluindo as avaliações acerca das normas a seguir e não se espera que as seguintes tais normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	924	4.728	1.494	8.882
Aplicações financeiras	-	-	5.190	-
Total	924	4.728	6.684	8.882

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), ou fundos investidos majoritariamente em títulos do governo (“Tesouro SELIC”).

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em fundos FIC e Certificado de Depósitos Bancários e possuem vencimento e rentabilidade conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BTG Pactual	-	-	-	1.000
Caixa Especial RF LP (a)	-	-	-	3.607
Caixa FIC Personal RF LP	-	-	-	641
Banco Santander S/A	4.654	-	4.655	-
Itaú S/A (b)	-	-	2.724	2.902
Total	4.654	-	7.379	8.150
Circulante	-	-	-	1.000
Não Circulante.	4.654	-	7.379	7.150

- (a) Aplicação das controlas Lagoa Grande e Riacho Preto vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto à Caixa Econômica Federal, o qual delibera a manutenção de saldo aplicado proporcional ao valor de 01 (uma) parcela referido instrumento. Em 31/12/2020 não há saldo remanescente relativo a esta aplicação em decorrência da liquidação do referido financiamento pela Lagoa Grande e Riacho Preto.
- (b) Aplicação financeira compromissadas em CDB e ou fundo de investimentos vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. A remuneração está vinculada a variação mensal do CDI.

6 Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	3.396	4.196
CCEE* – Liquidação financeira (b)	-	-	1.678	1.201
Clientes Nacionais (c)	-	-	2.677	3.257
(-) Provisão para perda esperada de crédito (d)	-	-	(1.678)	(1.201)
Total	-	-	6.073	7.453

- (*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletrobrás competente ao Contrato de Venda nº CT – PROINFA/ PCH - 002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente domontante.
- (b) Refere-se a saldo a receber junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude do referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, em função de a liquidação financeira estar bastante limitada devido a liminares

concedidas no contexto de judicialização do setor, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo montante.

- (c) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGHs.
- (d) A Companhia não possui saldos de contas a receber vencidos. Existe um saldo de longa data mantido no contas a receber que é integralmente provisionado e diz respeito ao item (b) mencionado anteriormente.

7 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam, principalmente, operações de empréstimos (mútuos) entre a receber e pagar entre empresas do Grupo. Outros montantes correspondem à operações comerciais de prestação de serviços reconhecidas ao custo inicial.

Os saldos estão assim apresentados:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos com partes relacionadas a receber (a)				
Hy Brazil Energia S/A	1.008	1.008	22.145	22.668
Antônio Dias Energia S/A	123	184	-	-
CG Energia S/A	36	-	-	-
Espraiado Energia S/A	165	-	-	-
Farias Energia S/A	165	223	-	-
Limoeiro Energia S/A	-	3	-	-
Palmeiras Energia S/A	483	539	-	-
Pardo Energia S/A	-	46	-	-
Pitangas Energia S/A	81	60	-	-
São Cristovão Energia S/A	371	440	-	-
Simonésia Energia S/A	50	-	-	-
Vermelho Velho Energia S/A	214	345	473	-
Total	2.696	2.848	22.618	22.668
Circulante	-	1.840	473	-
Não Circulante	2.696	1.008	22.145	22.668

- (a) A totalidade dos saldos correspondem ao custeio operacionais das usinas orindos, principalmente, da fase de construção.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos com partes relacionadas a pagar				
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	6.718	6.718
Toctao Engenharia Ltda (b)	-	-	709	859
GMS Engenharia Ltda (b)	-	-	738	1.356
Hy Brazil Energia S/A (c)	615	615	1.163	1.163
HB Esco Gestão em Energia	1.275	450	-	-
Cachoeirinha Energia S/A	-	375	-	-
Simonesia Energia S/A	-	293	--	-
Total	1.890	1.733	9.328	10.096
Circulante	1.890	1.733	1.163	1.163
Não Circulante	-	-	8.165	8.933

- (a) O saldo com a parte relacionada Consórcio Rio Palmeiras – CRP, é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.
- (b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia Ltda. são originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013.
- (c) Dívida originária do valor a ser devolvido de redução de capital

b. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não pagou remuneração direta aos seus administradores, cabendo aos mesmos apenas a parcela da distribuição de lucros recebida pelos acionistas pessoa jurídica nos quais os mesmos fazem parte.

8 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande (a)	2.771	2.982	-	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital	-	508	-	-
Investimentos em controladas e coligadas	263.331	243.519	31.990	34.964
Total	266.102	247.009	31.990	34.964

- (a) Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controladora de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

b. Detalhamento dos investimentos em controladas e coligadas na controladora

Em 31 de dezembro de 2020					
Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59%	31.528	4.395	26.668	3.717
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	99.117	21.964	83.838	18.579
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	6.777	1.280	6.777	1.280
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.894	1.381	6.894	1.381
Brejaúba Energia S/A	100%	7.866	1.224	7.866	1.224
Cachoeirinha Energia S/A	100%	7.837	3.556	7.837	3.556
CG Energia S/A	100%	7.064	710	7.064	710
Espraiado Energia S/A	100%	8.972	952	8.972	952
Farias Energia S/A	100%	6.150	929	6.150	929
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	11.350	14.250	11.350	14.250
Limoeiro Energia S/A	100%	7.831	3.134	7.831	3.134
Pardo Energia S/A	100%	8.707	1.135	8.707	1.135
Pitangas Energia S/A	100%	8.146	1.154	8.147	1.154
Palmeiras Energia S/A	100%	9.213	721	9.213	721
São Cristovão Energia S/A	100%	7.331	604	7.331	604

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Simonésia Energia S/A	100%	8.625	4.445	8.625	4.445
Vermelho Velho Energia S/A	100%	8.071	848	8.071	848

Coligada

Vila Real Energia S/A	32,50%	98.432	11.849	31.990	3.926
-----------------------	--------	--------	--------	--------	-------

Total	-	-	-	263.331	62.545
--------------	---	---	---	----------------	---------------

Em 31 de dezembro de 2019

Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59%	27.633	3.491	22.865	2.953
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	85.952	14.950	72.703	12.646
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	6.377	1.199	6.377	1.199
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.242	802	6.243	802
Brejaúba Energia S/A	100%	7.373	1.166	7.373	1.166
Cachoeirinha Energia S/A	100%	7.771	3.413	7.771	3.413
CG Energia S/A	100%	6.605	856	6.605	856
Espraiado Energia S/A	100%	8.541	1.059	8.541	1.059
Farias Energia S/A	100%	5.220	393	5.220	393
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	10.961	8.319	10.959	8.319
Limoeiro Energia S/A	100%	7.327	2.922	7.327	2.922
Pardo Energia S/A	100%	8.302	1.043	8.302	1.044
Pitangas Energia S/A	100%	7.601	1.102	7.601	1.102
Palmeiras Energia S/A	100%	8.491	698	8.491	698
São Cristovão Energia S/A	100%	6.724	577	6.724	577
Simonésia Energia S/A	100%	8.231	4.101	8.231	4.101
Vermelho Velho Energia S/A	100%	7.222	733	7.222	733
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50%	107.584	19.032	34.964	6.185
Total	-	-	-	243.519	50.168

c. Informação das investidas

Em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equivalência patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	38.481	6.953	31.528	7.019	(2.136)	4.395	3.717
Lagoa Grande Energética S.A.	106.149	7.032	99.117	31.540	(7.989)	21.964	18.579
Alto Brejaúba Energia S/A	6.982	205	6.777	1.729	(225)	1.280	1.280
Antônio Dias Energia S/A	7.397	503	6.894	1.944	(303)	1.382	1.381
Brejaúba Energia S/A	8.118	252	7.866	1.729	(270)	1.224	1.224
Cachoeirinha Energia S/A	8.617	780	7.837	4.438	(678)	3.556	3.556
CG Energia S/A	7.429	365	7.064	1.267	(370)	710	710
Espraiado Energia S/A	9.308	336	8.972	1.729	(548)	951	952
Farias Energia S/A	6.654	504	6.150	1.366	(256)	929	929
HB Esco Gestão em Energia Ltda	11.811	461	11.350	16.417	(131)	14.250	14.250
Limoeiro Energia S/A	8.616	785	7.831	4.037	(706)	3.134	3.134
Pardo Energia S/A	10.073	1.366	8.707	1.829	(402)	1.135	721
Pitangas Energia S/A	8.709	563	8.146	1.829	(437)	1.154	1.135
Palmeiras Energia S/A	11.094	1.881	9.213	2.591	(1.425)	722	1.225

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

São Cristovão Energia S/A	12.310	4.979	7.331	1.673	(517)	605	608
Simonésia Energia S/A	10.966	2.341	8.625	5.843	(1.074)	4.445	4.445
Vermelho Velho Energia S/A	11.501	3.430	8.071	1.729	(422)	848	848
Vila Real Energia S/A	<u>133.704</u>	<u>35.272</u>	<u>98.432</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>15.279</u>	<u>3.926</u>

Em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equivalência patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	43.232	15.600	27.633	6.677	(2.101)	3.747	3.747
Lagoa Grande Energética S.A.	110.052	24.100	85.952	26.199	(8.423)	14.950	14.950
Pitangas Energia S/A	8.861	1.260	7.601	1.734	(329)	1.102	1.102
Espraiado Energia S/A	9.485	944	8.541	1.734	(364)	1.059	1.059
Limoeiro Energia S/A	8.732	1.404	7.328	3.786	(593)	2.922	2.922
Antônio Dias Energia S/A	7.424	1.181	6.243	1.364	(297)	800	800
Simonésia Energia S/A	11.451	3.221	8.230	5.310	(752)	4.101	4.101
Farias Energia S/A	6.391	1.171	5.220	1.166	(387)	513	513
Cachoeirinha Energia S/A	9.126	1.375	7.751	4.271	(580)	3.410	3.410
CG Energia S/A	7.615	1.010	6.605	1.415	(286)	856	856
São Cristovão Energia S/A	12.684	5.961	6.723	1.590	(544)	424	424
Alto Brejaúba Energia S/A	7.181	803	6.378	1.734	(248)	1.203	1.203
Pardo Energia S/A	10.263	1.961	8.302	1.739	(348)	1.044	1.044
Brejaúba Energia S/A	8.409	1.036	7.373	1.734	(249)	1.166	1.166
Palmeiras Energia S/A	11.447	2.956	8.491	1.456	(403)	672	672
Vermelho Velho Energia S/A	11.881	4.659	7.222	1.734	(428)	733	733
HB Esco Gestão em Energia Ltda	11.302	191	11.111	9.568	(123)	8.319	8.319
Vila Real Energia S/A	<u>153.961</u>	<u>46.377</u>	<u>107.584</u>	<u>22.279</u>	<u>(3.247)</u>	<u>19.032</u>	<u>19.032</u>

d. Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Dividendos	Integralização capital	Ajuste	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas						
Riacho Grande Energética	22.866	(423)	508	-	3.717	26.668
Lagoa Grande Energética	72.703	(7.443)	-	(1)	18.579	83.838
Alto Brejaúba Energia S/A	6.377	(880)	-	-	1.280	6.777
Antônio Dias Energia S/A	6.243	(730)	-	-	1.381	6.894
Brejaúba Energia S/A	7.373	(730)	-	(1)	1.224	7.866
Cachoeirinha Energia S/A	7.771	(3.490)	-	-	3.556	7.837
CG Energia S/A	6.605	(250)	-	(1)	710	7.064
Espraiado Energia S/A	8.541	(520)	-	(1)	952	8.972
Farias Energia S/A	5.220	-	-	1	929	6.150
HB Esco Gestão em Energia Ltda	10.959	(13.860)	-	-	14.250	11.350
Limoeiro Energia S/A	7.327	(2.630)	-	-	3.134	7.831
Pardo Energia S/A	8.302	(730)	414	-	721	8.707
Pitangas Energia S/A	7.601	(680)	91	-	1.135	8.147

Em 31 de dezembro de 2020						
	Saldo inicial	Dividendos	Integralização capital	Ajuste	Equivalência patrimonial	Investimento
Palmeiras Energia S/A	8.491	(503)	-	(1)	1.225	9.213
São Cristovão Energia S/A	6.724	-	-	(1)	608	7.331
Simonésia Energia S/A	8.231	(4.050)	-	1	4.445	8.625
Vermelho Velho Energia	7.222	-	-		848	8.071
Coligada						
Vila Real Energia S/A	34.964	(6.900)	-	-	3.926	31.990
Total	243.519	43.241	1.013	(3)	62.545	263.331

Em 31 de dezembro de 2019						
	Saldo inicial	Dividendos	Integralização capital	Ajuste	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas						
Riacho Grande Energética	19.913	-			2.953	22.866
Lagoa Grande Energética	67.078	(7.021)	-	-	12.646	72.703
Alto Brejaúba Energia S/A	5.938	(760)	-	-	1.199	6.377
Antônio Dias Energia S/A	6.001	(560)	-	-	802	6.243
Brejaúba Energia S/A	6.777	(570)	-	-	1.166	7.373
Cachoeirinha Energia S/A	6.958	(2.600)	-	-	3.413	7.771
CG Energia S/A	5.999	(250)	-	-	856	6.605
Espraido Energia S/A	8.002	(520)	-	-	1.059	8.541
Farias Energia S/A	5.287	(460)	-	-	393	5.220
HB Esco Gestão em Energia Ltda	17.090	(14.450)	-	-	8.319	10.959
Limoeiro Energia S/A	6.925	(2.520)	-	-	2.922	7.327
Pardo Energia S/A	7.858	(600)	-	-	1.044	8.302
Pitangas Energia S/A	7.389	(890)	-	-	1.102	7.601
Palmeiras Energia S/A	7.993	(200)	-	-	698	8.491
São Cristovão Energia S/A	6.147	-	-	-	577	6.724
Simonésia Energia S/A	7.279	(3.150)	-	-	4.101	8.231
Vermelho Velho Energia	6.489	-	-	-	733	7.222
Coligada						
Vila Real Energia S/A	35.279	(6.500)	-	-	6.185	34.964
Total	234.402	(41.051)	-	-	50.168	243.519

9 Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL que correspondem a vida útil econômica dos bens de acordo com o CPC.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	% a.a. - Taxa de Depreciação			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em serviço				
Terrenos	-	-	3.594	3.594

		Controladora		Consolidado	
Descrição	% a.a. - Taxa de Depreciação	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reservatório, barragem e adutoras	2 e 3,33%	-	-	93.073	95.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	52.556	53.879
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	78.980	82.735
Móveis e utensílios	10%	-	-	18	22
Imobilizado em curso					
Estoque		-	-	34	34
Terreno		-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores		-	-	62	7
Intangível		-	-	-	-
Sistema de Transmissão					
Estoques		-	-	-	-
Intangíveis		-	-	39	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	107	114
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	14.347	14.997
Total		-	-	242.771	251.011

Movimentação do ativo imobilizado em 2020 e 2019:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições (-) baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço				
Terrenos	3.594	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	95.590	-	(2.517)	93.073
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.879	-	(1.323)	52.556
Máquinas e equipamentos	82.735	(18)	(3.737)	78.980
Móveis e utensílios	22	-	(4)	18
Imobilizado em curso				
Estoque	34	-	-	34
Terreno	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	7	16	-	23
Sistemas de transmissão				
Estoques	-	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	114	-	(7)	107
Máquinas e equipamentos	14.997	-	(650)	14.347
Total	251.011	(2)	(8.238)	242.771

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Integralização capital	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço				
Terrenos	3.430	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	98.129	-	(2.539)	95.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.212	-	(1.333)	53.879
Máquinas e equipamentos	86.474	-	(3.739)	82.735
Móveis e utensílios	27	-	(5)	22
Imobilizado em curso				
Estoque	19	-	-	34

Terreno	139	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	46	-	-	7
Intangível	25	-	-	-
Sistemas de transmissão				
Estoques	15	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	120	-	(6)	114
Máquinas e equipamentos	15.646	-	(649)	14.997
Total	259.322	-	(8.272)	251.011

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Financiamento CEF (a)	-	-	-	21.644
Repasse BNDES (Itaú BBA) (b)	-	-	14.541	25.610
Debêntures (c)	84.257	94.457	84.257	94.457
Total	84.257	94.457	98.798	141.711
Circulante	21.257	10.457	28.671	43.053
Não circulante	63.000	84.000	70.127	98.658

- (a) O financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF), recursos captados para a realização do projeto de construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH – Lagoa Grande e PCH – Riacho Preto, localizadas no Rio Palmeiras no Estado do Tocantins, e da linha de transmissão a ser compartilhada com outras PCHs. Este financiamento foi liquidado em agosto/2020.
- (b) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA, utilizado para a construção das usinas. A estrutura das usinas são as garantias das operações. A taxa de juros anual varia de 5,50% a 4,40% + TJLP e os vencimentos finais previstos para os anos de 2021, 2022 a 2025.
- (c) Referente à 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. A escritura de emissão de debêntures da Companhia prevê algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter financeiro e não-financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado.

Vencimento do longo prazo

	Controladora	Consolidado
2022	29.500	33.051
2023	33.500	36.048
2024	-	1.015
2025	-	13
Total	63.000	70.127

Movimentação:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	94.457	-	141.711	75.568
Captações	-	100.000	-	100.000
Amortizações	(15.915)	(14.033)	(51.110)	(48.796)
Juros	5.715	8.490	8.197	14.939
Saldo final	84.257	94.457	98.798	141.711

11 Adiantamento de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de cliente – Eletrobrás (a)	-	-	3.021	6.729
Outros	-	-	420	120
Total	-	-	3.441	6.849

- (a) Refere-se ao saldo credor entre o valor recebido a título de faturamento realizado no ano do contrato firmado junto a Eletrobrás e a energia disponibilizada na rede pelas controladas.

12 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

a. Recuperação ambiental

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares. Para essas situações, sempre que existentes obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos. Atualmente a Companhia e suas investidas entende que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de R\$ 84.356 e representado por 56.132.301 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	56.132.301	84.356
Total	56.132.301	84.356

b. Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei 6.404/76 e suas alterações. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o cálculo para apuração da reserva legal é demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	56.463	39.754
Percentual definido pela legislação	5%	5%
Total	2.823	1.988

c. Destinação de lucros

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	56.463	39.754
Percentual – Reserva Legal	5%	5%
Total	2.823	1.988
Base para dividendos mínimos obrigatórios	53.640	37.766
Dividendo mínimo provisionado – 25%	13.410	9.442

Os dividendos mínimos constituídos em 2020 foram de R\$ 13.052.

d. Reserva de retenção de lucros

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	56.463	39.754
Percentual – Reserva Legal	5%	5%
Total	2.823	1.988
Base para dividendos mínimos obrigatórios	53.640	37.766
Dividendo mínimo provisionado – 25%	13.410	9.442
Reserva de retenção de lucros	40.230	28.324

14 Receita operacional líquida

Receita gerada da venda de energia elétrica:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de operação com energia elétrica – ACR (a)	-	-	39.893	34.121
Receita de operação com energia elétrica – ACL (b)	-	-	16.557	15.173
Receita de serviços (gestão – HB ESCO) (c)	-	-	17.823	10.718
Receita com arrendamento de CGHs (d)	-	-	20.211	18.053
(-) Impostos incidentes (PIS/COFINS)	-	-	(3.388)	(3.706)

(-) Impostos incidentes (ISSQN)	-	-	(781)	-
(-) Provisão risco na realização de venda energia – mercado livre	-	-	(1.678)	(1.201)
Total	-	-	88.707	73.158

- (a) Receita proveniente da venda de energia contratada para a Eletrobrás. A receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MW/H contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos com comercializadoras.
- (c) Receita proveniente da gestão dos contratos prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída;
- (d) Receita de arrendamento de CGHs.

15 Custos operacionais

A composição dos custos operacionais da companhia é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Material	-	-	(1.665)	(1.442)
Serviços de Terceiros	-	-	(3.255)	(2.606)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.621)	(1.339)
Aluguéis	-	-	(30)	(39)
Depreciação	-	-	(8.317)	(8.302)
Seguros	-	-	(128)	(160)
Combustível	-	-	(213)	(275)
Energia, Telefone e Internet	-	-	(1.157)	(413)
Taxas	-	-	(39)	(50)
Outros	-	-	(395)	(334)
Total	-	-	(16.820)	(14.960)

16 Despesas tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota (a)	-	-	(52)	(54)
Taxas	-	-	(104)	(213)
Total	-	-	(156)	(267)

- (a) Este valor refere-se a processos judiciais de ICMS das controladas, os quais foram parcelados em março de 2018 com previsão do término em fevereiro de 2028.

17 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
Receita Financeira	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicação financeira	85	185	319	583
Outras receitas financeiras			-	36
Total Receita	85	185	319	619
Despesas bancárias	(74)	(1.010)	(161)	(1.145)
Juros de empréstimos	(5.715)	(8.490)	(8.219)	(14.401)
Total Despesa	(5.789)	(9.500)	(8.380)	(15.546)
Resultado Financeiro	(5.702)	(9.315)	(8.060)	(14.927)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8%, 12% e 32% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente. A seguir, reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2020	2019
Venda de Energia Elétrica	50.436	53.073
Arrendamentos	21.884	17.790
Prestação de Serviços ESCO	19.065	18.658
Receita Tributada	91.385	89.521
Base presumida IRPJ - 8%	4.035	3.578
Base Presumida IRPJ - 32%	13.104	11.663
Outras receitas	317	394
Base de cálculo	17.456	15.635
IRPJ (15%)	2.618	2.445
Adicional de IRPJ (10%)	1.329	1.132
Despesa com IRPJ	3.948	3.577
Base presumida CSLL - 12%	6.052	6.369
Base presumida CSLL - 32%	13.104	11.663
Outras receitas	317	394
Base de cálculo	19.473	18.426
CSLL (9%)	1.752	1.658
Total IRPJ/CSLL	5.700	5.235
IRPJ/CSLL Diferido	107	(950)
Total despesa IRPJ/CSLL	5.807	4.287

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos. Em 2020 e 2019 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

(i) Aplicações financeiras

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(iii) Venda de energia

São contratados com a Eletrobrás, quando no ACR – Ambiente de Contratação Regulado, e consumidores finais ou comercializadoras, quando no ACL – Ambiente de Contratação Livre, e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGPM no caso do ACR, e pelo IPCA no caso do ACL.

b. Classificação de instrumentos financeiros

Classificação de Instrumentos Financeiros						
	Notas	Controladora		Consolidado		Classificação
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	924	4.728	6.684	8.882	Custo amortizado
Aplicações financeiras	5	-	-	-	1.000	Custo amortizado
Contas a receber	6	-	-	6.073	7.453	Custo amortizado
Mútuo a receber de partes relaciona	7	-	1.840	472	-	Custo amortizado
Total do ativo circulante		924	6.568	13.229	17.335	
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras	5	4.654	-	7.378	7.150	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relaciona	7	2.696	1.008	22.145	22.668	Custo amortizado
Outros créditos		906	906	906	906	Custo amortizado
Total do ativo não circulante		8.256	1.914	30.429	30.724	

Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	10	21.257	10.457	28.671	43.053	Custo amortizado
Fornecedores		-	-	967	279	Custo amortizado
Contas a pagar		-	-	1.885	1.549	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	1.889	1.733	1.163	1.163	Custo amortizado
Total do passivo circulante		23.146	12.190	32.686	46.044	
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	10	63.000	84.000	70.127	98.658	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	-	-	8.165	8.933	Custo amortizado
Total do passivo não circulante		63.000	84.000	78.292	107.591	

c. Gestão de risco financeiro

(i) *Fatores de risco financeiro*

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

(ii) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e não apresentam risco de perda relevante para fins de sensibilidade na avaliação da Companhia.

(iii) *Risco do preço da energia*

Do ponto de vista da receita, os valores dos contratos sofrem variação em função do IGP-M, IPCA ou da variação da tarifa da distribuidora, no caso de GD. Do ponto de vista de custos, embora tenha uma exposição relativamente pequena ao ACL onde está exposta ao mercado de curto prazo, a Companhia tem política de não vender toda sua energia, de forma a manter um 'hedge' natural contra variações em função do GSF – Generation Scaling Factor.

(iv) *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

d. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

e. Risco ambiental

Para geração e fornecimento de energia, as Controladas apresentam estudos ambientais anualmente junto à NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins – autarquia de monitoramento e controle ambiental) e SUPRAMs (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), onde são requeridos o cumprimento do PBAs. (que podem envolver acompanhamento de qualidade da água, sedimento e fauna). Todas as licenças de operação estão vigentes e/ou tiveram seu pedido de renovação protocolado tempestivamente.

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

21 Efeitos da Pandemia do COVID-19

A Companhia não fora significativamente afetada, positiva ou negativamente, em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19. Suas controladas possuem contratos de longo prazo com contrapartes de alto ‘rating’, e todos foram cumpridos rigorosamente, sem qualquer tipo de questionamento judicial ou extra-judicial. Em apenas um dos contratos, com uma varejista, em que há flexibilidade em relação ao consumo, houve uma redução mais sensível do faturamento em alguns meses do ano quando as lojas estiveram fechadas, mas essa redução pontual foi inferior a 1% do faturamento consolidado da Companhia. De forma mais abrangente, como se observou, o faturamento consolidado e resultado cresceram em 2020 em relação a 2019.

Portanto, no que se referem às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; e (iii) exposição da Companhia ao risco de crédito e os impactos no setor de atuação e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.

22 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes.